O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 21/05/2024 - 06:00

Bases de segurança na Amazônia, promessa de Lula não saem do papel

Promessa de Lula, plano de segurança para a Amazônia não sai do papel

Nenhuma das 34 novas bases de segurança na região, anunciadas em junho do ano passado, foi construída, enquanto a presença de facções criminosas continua a avançar

ÍTALO LO RE

Quase um ano após o anúncio, o governo federal ainda não tirou efetivamente do papel o plano de segurança para a Amazônia. Capitaneada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a iniciativa foi apresentada no começo de junho do ano passado, quando a pasta ainda era chefiada pelo agora ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. No mês seguinte, foi instituída por meio de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na época, o governo anunciou como proposta central do plano, de nome Amazônia: Segurança e Soberania (Amas), a implementação de 34 novas bases de segurança na Amazônia. Até agora, porém, nenhuma foi construída, enquanto a presença de facções criminosas chama a atenção na região.

O valor do investimento no Amas é de R$ 2 bilhões, distribuídos entre os Estados (que devem ficar com 80% desse montante) e as Polícias Federal e Rodoviária Federal. O programa é financiado pelo Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Relatório do Fórum
Ao menos 22 facções, até estrangeiras, disputam o controle de rotas em Estados amazônicos

Em nota, o MJSP diz que o plano está em fase de "construção conjunta" com os nove Estados da Amazônia Legal e os processos aquisitivos das 34 bases (6 fluviais e 28 terrestres) ainda não foram iniciados, "em razão da necessidade da elaboração dos documentos de planejamento" para determinar, por exemplo, os locais de implementação. A pasta reconhece que a troca de gestão no MJSP no começo deste ano contribuiu para o atraso.

"Achei que seria um pouco mais rápido (*a implementação do plano*), mas acho que eles estão com algum tipo de dificuldade na execução", disse ao **Estadão** o secretário de Segurança Pública do Amazonas, coronel Marcus Vinícius Oliveira de Almeida.

O plano de segurança para a Amazônia também previa, por exemplo, a aquisição de equipamentos como viaturas, armas, lanchas e helicópteros. Autoridades ouvidas pela reportagem afirmam, porém, que houve pouco avanço após o anúncio do Amas.

BASES. Segundo Almeida, bem antes de o plano ser anunciado, o Amazonas já tinha um planejamento para instalação de nove bases fluviais e três bases terrestres em pontos estratégicos. Algumas delas já foram construídas pelo próprio governo do Estado. "Nós já colocamos quatro nos rios e temos esperança de que o governo federal nos ajude com o restante", afirmou o secretário. Duas delas são móveis (uma no Alto Solimões e outra na foz do Rio Madeira) e outras duas, fixas – nos Rios Solimões e Negro. A última foi inaugurada no começo deste ano.

Já o Pará, outro Estado afetado pelo avanço da criminalidade na Região Norte, hoje tem uma base fluvial em funcionamento (em Antônio Lemos, no Estreito de Breves), enquanto constrói outras duas: uma em Óbidos, às margens do Rio Amazonas, e outra em Abaetetuba, próxima da Ilha do Capim. "Nossas bases funcionam em plantão 24 horas, têm os equipamentos mais modernos, têm lanchas próprias só para cada base – ao menos uma delas blindadas sempre", disse Ualame Machado, secretário de Segurança Pública do Estado. Dados do governo do Pará indicam que os roubos a embarcações diminuíram significativamente depois que a base de Antônio Lemos foi implementada, em 2022.

Ainda assim, relatos de roubos de combustíveis, por exemplo, se multiplicam na região. Como revelou o **Estadão**, levantamento do Instituto Combustível Legal (ICL) indica que a atuação desses grupos causa prejuízo anual de cerca de R$ 100 milhões nas atividades de transporte de cargas pelo Rio Amazonas.

COMBUSTÍVEL. Só em ataques contra embarcações de transportadores amazonenses, mais de 7,7 milhões de litros de combustível foram roubados entre 2020 e 2023, o que causou prejuízos de R$ 48 milhões no período, segundo levantamento do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma). "Como na região de rios o combustível é algo que se pode chamar de produto-mercadoria – ou seja, algo que pode ser trocado ou vendido –, ele obviamente se torna um bem valorizado", disse o pesquisador Roberto Magno, da Universidade do Estado do Pará (Uepa). Os alvos são não só transportadoras, mas até pescadores autônomos. "Há muitos relatos de pessoas que tiveram seu combustível roubado", afirma.

Além de assistir a roubos de combustíveis, a Amazônia também tem se consolidado como um dos epicentros da atuação do crime organizado no Brasil. Ao menos 22 facções, incluindo grupos estrangeiros, disputam o controle de rotas em Estados brasileiros da região, segundo relatório divulgado no ano passado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Atualmente, o Comando Vermelho (CV) é considerado soberano na região, mas o Primeiro Comando da Capital (PCC), maior facção do País, também tem buscado avançar em alguns Estados, como no sul do Pará. Segundo especialistas e autoridades, criminosos têm se estruturado por lá pela proximidade com países produtores de cocaína, como Peru e Colômbia. ●

CARLOS SOARES/SSP AM

Base fluvial Arpão 2 é uma das quatro construídas pelo governo do Amazonas para coibir a atuação de criminosos nos rios do Estado

Troca de gestão causou atraso no avanço do Amas, reconhece pasta

Secretário executivo adjunto do MJSP, Marivaldo Pereira disse que a pasta vê "com muita preocupação" a atuação do crime organizado na Amazônia. "Exatamente por isso a gente vem dedicando esforços para fortalecer a atuação do Estado no enfrentamento a esses crimes."

O secretário destaca a criação, pelo governo Lula, de uma diretoria focada na região. Mas reconhece que a troca de gestão do MJSP, desde o começo do ano a cargo de Ricardo Lewandowski, afetou o avanço do Amas. "Equipe nova chegando, equipe antiga saindo, isso acaba gerando um ou outro atraso. Mas as forças policiais não pararam."

Em nota, o MJSP diz que, por ser um plano que utiliza recursos do Fundo Amazônia, as atividades do Amas só terão início após criterioso acompanhamento de auditoria para liberação das etapas financeiras. Os processos aquisitivos dependem do término dos nove Planos Táticos Integrados e "devem se iniciar efetivamente a partir do segundo semestre".

Segundo Pereira, não há data definida para as bases fluviais começarem a ser construídas pelo Amas. "O foco, na primeira fase, é fortalecer adoção de lanchas e capacidade de deslocamento aéreo da segurança pública nos âmbitos local e federal. Já as bases estão previstas em novas fases do plano." ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional **Caderno:** A **Pagina:** 10

Copyright © Clipclap 2025.